AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.691 ESPÍRITO SANTO

RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão de Admissão de *Amicus Curiae*

Vistos etc.

1. Requerem admissão no feito, na qualidade de *amici curiae*, o Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo – SINDIPÚBLICOS – (**petição n. 21.861/2017**) e o Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (**petição n. 24.671/2019**).

2. Conforme o art. 7º, §2º, da Lei nº 9.868/1999, e o art. 6º, §2º, da Lei 9.882/99, o Relator poderá admitir, nos processos de controle concentrado de constitucionalidade, o ingresso de outros órgãos ou entidades, na qualidade de *amici curiae*, sempre que a matéria seja de significativa relevância e os requerentes ostentem representatividade adequada.

A intervenção do *amicus curiae* acentua o respaldo social e democrático da jurisdição constitucional exercida por este Supremo Tribunal Federal, enquanto tendente a pluralizar e incrementar a deliberação com o aporte de argumentos e pontos de vista diferenciados, bem como de informações e dados técnicos relevantes à solução da controvérsia jurídica e, inclusive, de novas alternativas de interpretação da Carta Constitucional.

3. O exame da **utilidade** e da **conveniência** da intervenção do *amicus curiae* na fase pré-decisória de coleta das informações técnicas e jurídicas, bem como de formação do amplo quadro argumentativo do problema jurídico-constitucional posto, se impõe quando do pleito de ingresso. É o que se infere da interpretação do art. 7º, §2º, da Lei n. 9.868/1999, e do art. 6º, §2º, da Lei nº 9.882/1999, quando conferem poder discricionário ao relator, o qual poderá autorizar a juntada de memoriais e realização de sustentação orais, por terceiros interessados no processo, embora sem vinculação a tanto.

ADI 5691 / ES

Tais requisitos dizem respeito à apreciação acerca da **necessidade** do ingresso do *amicus curiae* no processo, a partir da **efetiva contribuição** que a sua intervenção possa trazer para a solução da lide jurídico-constitucional. A regência normativa do instituto desautoriza falar, portanto, em **direito subjetivo** à habilitação nessa qualidade sujeito processual.

4. No caso, tenho por presentes, conforme art. 7º, §2º, da Lei nº 9.868/1999, e art. 6º, §2º, da Lei nº 9.882/1999, os requisitos legais, bem como as justificativas apresentadas e a amplitude da representatividade dos requerentes Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo – SINDIPÚBLICOS – e o Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, considerado o problema jurídico-constitucional posto. Qual seja: a inclusão de despesas com contribuições complementares destinadas a cobrir déficit financeiro de regime próprio de previdência (RPPS) de servidores aposentados e pensionistas originários da área da educação como despesa com manutenção e desenvolvimento de ensino (art. 21, §§3º e 4º, da Resolução 238/2012 do TCE/ES), em face dos parâmetros normativos de controle dos arts. 22, XXIV; 24, IX e §§ 2º e 4º; 167, IV; 212, da Constituição Federal, e do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Defiro, pois, o pedido, facultadas, a apresentação de informações e de memoriais, bem como a sustentação oral por ocasião da sessão de julgamento.

À Secretaria para a inclusão do nome dos interessados e respectivos patronos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de julho de 2020.

Ministra Rosa Weber
Relatora